



Beatriz Arruda

Salário mínimo profissional

Francisco Rezek afirma: piso é direito constitucional dos engenheiros.

Página 6

CRESCE BRASIL

Inteligência contra o *caos*

Tecnologias da informação e comunicação podem contribuir para melhorar a mobilidade e o transporte público, além de prevenir inundações.

Página 5

COMUNICAÇÃO AMPLIADA

ENTIDADE DE ÂMBITO ESTADUAL, com cerca de 200 mil profissionais em sua base de aproximadamente 50 mil associados, o SEESP precisa se comunicar e interagir com um contingente diverso, vasto e extremamente qualificado. Em sua estrutura, estão 400 diretores e 25 delegacias sindicais, as subedes regionais que se espalham pelo Estado de São Paulo. Assim, além do **Jornal do Engenheiro** impresso e do nosso *site*, que vêm cumprindo esse papel, teremos dois novos veículos. O primeiro, o *SEESP Notícias*, *newsletter* que passa a circular semanalmente, sempre às quintas-feiras, e terá o objetivo de fazer chegar aos engenheiros informações de interesse da categoria.

Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente

A ideia é cobrir as iniciativas locais e regionais, com o objetivo de dar conta da multiplicidade de desafios, problemas e soluções no campo da engenharia e da luta dos profissionais por melhores condições de vida e trabalho. Referenciada no *site* do SEESP, será um meio dinâmico de levar a informação, mas de também garantir a interação, essencial à comunicação da contemporaneidade. A segunda novidade é o **Jornal do**

Engenheiro em versão televisiva. Com estreia em 30 de abril, será veiculado todas as segundas-feiras, às 23h30, pela *TV Aberta* de São Paulo, e em horários diversos para mais 48 cidades paulistas, além de oito em outras unidades da Federação.

Seguindo a mesma linha editorial das demais mídias do SEESP, focará sua pauta no interesse dos engenheiros e dos trabalhadores em geral e nas bandeiras históricas da entidade, especial-

Além do Jornal do Engenheiro impresso e do site, que têm o papel de levar informação, o sindicato terá dois novos veículos. O SEESP Notícias e o JE na TV.

mente a luta pelo desenvolvimento sustentável e por melhores condições de vida para a população brasileira. Como suporte a essa gama de meios de informação, o SEESP também está inserido nas redes sociais que hoje fazem parte do cotidiano da imensa maioria com acesso à Internet, especialmente Facebook, Twitter e Youtube. Por esses canais, pretendemos trocar ideias com a categoria e a sociedade, aperfeiçoando nossas ações a partir desse contato. Enfim, o diálogo, que sempre esteve aberto, agora estará ampliado e aprimorado.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Lucélia de Fátima Barbosa e Rosângela Ribeiro. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luis Henrique Costa e Priscila Dezidério. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de maio de 2012. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ANATEC



O protagonismo do trabalhador

João Guilherme Vargas Netto

QUANDO SE OBSERVA a realidade e se posiciona sobre ela, duas posturas básicas são recorrentes: ou se analisa com maior ou menor precisão e se formula, a partir dos interesses, a linha de ação ou se despreza a realidade e se mascara a análise, produzindo discursos meramente ideológicos que se transformam em caricaturas.

Na luta das ideias, por mais confusas que elas sejam, temos que valorizar o quanto da realidade penetrou nelas. Às vezes, um grão de realidade na engrenagem das ideias em lugar de emperrar o mecanismo, coloca-o em movimento na direção certa.

O professor Armando Boito, da Unicamp (*Universidade Estadual de Campinas*), em longa entrevista ao jornal *Brasil de Fato* (de 9 de abril) explica que a economia capitalista está em crise e que as contradições tendem a se aguçar. Defende a participação em uma “frente neodesenvolvimentista”, embora esse modelo colabore para tal aguçamento devido à sua heterogeneidade.

Perguntado se as direções das organizações populares (sindicais, sublinho eu) teriam sido cooptadas pelo governo, “como sugerem alguns observadores”, responde enfaticamente, e eu copio:

“Não, eu não aceito essa análise. Os trabalhadores tendem a apoiar a frente neodesenvolvimentista devido a melhorias reais que obtiveram no emprego, no salário, nas políticas de assistência social e, no caso dos peque-

nos proprietários rurais, no crédito agrícola. Tivemos uma recuperação do salário mínimo, embora esse ainda permaneça num patamar baixo quando comparado até com o dos principais países da América Latina. Tivemos também uma grande melhoria nas convenções e acordos coletivos de trabalho: ao contrário do que ocorria no início da década de 2000, quando cerca de 80% das negociações salariais resultaram em reajustes inferiores à inflação, nos últimos anos, a situação se inverteu – mais de 80% das convenções e acordos estabelecem reajustes acima da taxa de inflação. As condições para a organização e para a luta sindical melhoraram muito. Temos tido aumento real de salários.”

É o que a análise realista demonstra.

1º de maio – Principal data do movimento sindical, o Dia do Trabalhador em 2012 novamente contou com diversas manifestações, merecedoras da participação popular.

Em todo o Brasil, o protagonismo desse movimento demonstra-se pela unidade de ação suscitada nas bandeiras de luta e também pela alegria das festas. Em centenas de cidades, o povo trabalhador e aqueles que militam em nosso favor dão uma demonstração firme de confiança nos rumos econômicos que têm garantido conjuntura favorável aos trabalhadores e na diversidade democrática dos que sustentam nossas reivindicações.

No Brasil, nos últimos anos, o 1º de maio passou a ser uma data de acontecimentos reumbantes. Vivamos com alegria, com emoção e com empenho unitário este momento único na história secular da luta dos trabalhadores.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical

NACIONALISMO



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!
(11) 9173-0651
(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.





TCU pode determinar devolução de R\$ 7 bilhões

Rita Casaro

NESTE MÊS DE MAIO, uma questão fundamental aos consumidores de energia elétrica de todo o Brasil deve entrar na pauta do plenário do TCU (Tribunal de Contas da União). O órgão decidirá se as companhias distribuidoras devem devolver os cerca de R\$ 7 bilhões cobrados indevidamente no período de 2002 a 2009.

A arrecadação excedente aconteceu devido a uma falha de metodologia da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), só corrigida em 2010, afirma o diretor do SEESP Carlos Kirchner, que representa a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) na Frente de Defesa do Consumidor de Energia Elétrica, da qual participam também Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e Procon-SP (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor).

Kirchner explica que uma parte da tarifa definida pelo órgão regulador destina-se ao pagamento de encargos setoriais e tributos, tendo a distribuidora papel de simples arrecadadora e repassadora, não podendo aferir lucro ou prejuízo com essa função. Assim, uma portaria interministerial, expedida em 2002, visa assegurar que todos os custos que a empresa tenha ao longo do ano possam ser repassados à tarifa, atualizados para o mês do reajuste e recuperados no ciclo seguinte. Ou seja, os consumidores pagam pelas despesas da distribuidora nessa função de cobrar e entregar o dinheiro aos cofres públicos. O problema aconteceu porque tais gastos foram diluídos numa quantidade de energia estimada, enquanto, na prática, o fornecimento foi maior e, com isso, a distribuidora acabava por recuperar mais do que deveria para res-

sarcir o que teve de despendido. “A metodologia adotada pela Aneel, ao não compensar diferenças de arrecadação, fossem elas positivas ou negativas, não encontra respaldo no contrato de concessão e frontalmente descumpria a portaria interministerial. Essa arrecadação excessiva deveria ter sido compensada a cada ano seguinte, mas não o foi. Não havia falhas no contrato de concessão ou na portaria”, completa o diretor do SEESP.

Tal erro já foi reconhecido pelo governo e pela própria Aneel, que, no entanto, tem se recusado sistematicamente a estabelecer mecanismos que reembolsem os pagamentos feitos a mais. Após a última audiência pública para tratar do assunto, realizada em 2010, a

Valor foi cobrado indevidamente pelas distribuidoras entre 2002 e 2009.

Aneel “negou tratamento retroativo da metodologia referente às variações de mercado no repasse dos custos não gerenciáveis, relativos aos encargos setoriais dos ciclos tarifários passados”, conforme nota publicada em seu site. A justificativa para tal seria evitar “instabilidade regulatória ao setor elétrico, o que traria prejuízos à prestação do serviço e aos consumidores”. A argumentação, que não se alterou desde então, ignora completamente o direito dos consumidores, já que a devolução, em dobro, de valores pagos indevidamente pelos usuários encontra amparo jurídico no Código de Defesa do Consumidor.

Com a decisão a cargo do TCU, cria-se nova expectativa de que a questão seja tratada de forma adequada, tendo em vista que o órgão já se pronunciou em relatório de 2008, após apuração realizada pela Sefid (Secretaria de Fiscalização). “(...) A citada falha metodológica remunera ilegalmente as concessionárias de energia elétrica em detrimento do interesse público e gera impactos de alta materialidade e prejuízos para o usuário de pelo menos R\$ 1 bilhão ao ano (...)”, afirmava o documento.

Mobilização

Com o objetivo de sensibilizar os ministros do TCU, a Frente de Defesa do Consumidor lançou uma petição *online* disponível no site do Idec (<http://migre.me/8PyV7>) e outra no Causes (<http://migre.me/8PyZ9>). O texto, que depois deve ser enviado ao tribunal com as assinaturas dos que aderiram à mobilização – que somavam mais de 11 mil até o fechamento desta edição –, ressalta o papel da instituição de zelar pela legalidade de questões públicas que digam respeito à União e faz um apelo: “É chegada a hora de decidir em favor dos consumidores pela readequação tarifária e compensação nas contas de luz dos valores indevidamente pagos ao longo dos mais de sete anos em que perpetuou o reajuste errado.”

A campanha está ainda no Facebook (<http://migreme.net/1j86>) e foi objeto, em 24 de abril, de uma ação no Twitter. Sob o mote “O erro não foi nosso. Devolução já” e usando a hashtag #erronacontadeluz, cerca de mil publicações no *microblog* agitaram a rede em defesa dos consumidores.



DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. Alto Tietê: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: seesp.mogidasacruz@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 / 3368-0204 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seespplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjse@hotmail.com. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

INTELIGÊNCIA EM PROL DA QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

Soraya Misleh

MONITORAR O CONSUMO DE energia em tempo real, de modo a otimizá-lo, ordenar o tráfego, emitir sinais de alerta para a prevenção de deslizamentos e inundações. Essas são algumas possibilidades com projetos de cidades inteligentes.

Segundo Oswaldo Massambani, professor titular da USP (Universidade de São Paulo) e assessor de desenvolvimento urbano sustentável do município de São Paulo, o conceito traz embutida a capacidade de integração tecnológica e de informação para o bem das pessoas.

Como explica o especialista, que é membro do Conselho Consultivo da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), recursos como redes de comunicação eletrônica devem ser usados, na sociedade do conhecimento, para tornar as cidades mais eficientes no uso de seus recursos, em “redução de custos, economia de energia e qualidade de vida dos cidadãos”. A preocupação ambiental, ainda de acordo com ele, está inserida nesse contexto, com o uso de “tecnologia voltada para a economia verde”.

Para alcançar esses resultados, Massambani considera algumas ações fundamentais. Entre elas, a implementação de infovias e sensoriamento eletrônico. As primeiras seriam vias de tráfego de informações através de fibras ópticas ou sistemas que irradiam sinais, como *wi-fi* (sem fio), para uma região da cidade. “Já temos uma importante, que conecta significativa parte do Brasil.” A partir dessa infraestrutura, é preciso ter “instrumentação que permita a coleta de informação”. De acordo com ele, uma estratégia é contar com uma central de operação que reúna dados sobre consumo de energia e propicie disponibilizar o recurso de forma mais eficaz. Outro caso é o do transporte. Mediante o uso de TIC (tecnologia da informação e comunicação), é possível ter uma sala de controle para

ordenar melhor a mobilidade, por exemplo verificando a demanda e a oferta em determinados pontos e equilibrando os fluxos. Em outras palavras, melhorar a gestão dos serviços públicos nas cidades.

Observando que existem iniciativas pontuais em grandes centros urbanos brasileiros – onde se concentra atualmente 80% da população –, entre os quais São Paulo e Rio de Janeiro, ele reconhece que as infovias não alcançam todo o seu território. Na Capital paulista, por exemplo, a região leste não é contemplada, a não ser por sistemas de TV e internet a cabo colocados por provedoras a determinado custo ao consumidor. No País como um todo, os projetos inteligentes acabam por reproduzir a desigualdade ainda à espera de solução. Assim, conforme Massambani, enquanto em determinadas aglomerações a informação trafega a velocidade de 10 gigabytes por segundo, nas regiões Norte e Centro-Oeste a capacidade é menor. “A preocupação é adequar e tornar mais acessível a infovia, evidentemente fazer com que haja inclusão digital. A cidade inteligente tem que partir desse princípio e da sustentabilidade.” Na sua ótica, o planejamento urbano precisa levar em conta esse conceito. O que significa dotar o município de ofertas de trabalho, emprego e moradia próximos, diminuindo os deslocamentos e a poluição atmosférica. “É preciso rever esse modelo em que pessoas necessitam viajar muito. Deve-se redesenhar e reordenar o local pensando-se em uma cidade compacta, de tal modo que se levem todos os serviços do mundo contemporâneo a todos os lugares, de forma eficiente.”

Inverter a situação atual

Na concepção da economista e pesquisadora Ceci Juruá, a realidade está bem distante dessa proposta. Membro do Conselho Consultivo da CNTU, ela é categórica: “Pelo contrário, acho que estamos agindo em sentido inverso.” Focando na mobilidade, ela considera que “em todas as médias e grandes



Tecnologias podem auxiliar no monitoramento e controle da poluição do ar.

idades do Brasil, as pessoas em geral e os trabalhadores em particular são submetidos a um massacre diário”. O modelo perverso, de domínio do transporte individual sobre o coletivo, segundo Juruá, urge ser revisto. Nesse cenário, ela lamenta que se tenha abandonado e desmantelado as ferrovias e que não se priorizem projetos para atendimento a passageiros nos grandes centros urbanos. A crítica é ao trem-bala, na sua opinião, um desperdício de dinheiro público tendo em vista outras ações que seriam emergenciais para se resolver o caos no transporte. O equivalente a usar a inteligência para “a dominação, a violência e a opressão”. A economista acredita que o caminho para transformar esse quadro seria “aprofundar a democracia e resgatar o Estado das mãos do grande capital”.

O manifesto Brasil Inteligente, lançado pela CNTU em 18 de novembro último, como resultado do 1º Encontro Nacional dessa confederação, segue essa linha e aponta a importância da utilização adequada das TICs, bem como de valorização da criação nacional de novas tecnologias de informação e comunicação. E salienta: “É fundamental que as políticas de inclusão digital estejam inseridas nas políticas de fortalecimento da educação, da produção cultural, do incentivo à pesquisa, à criação artística, à invenção técnica e da vida social e à inovação de produtos e processos.”

Ideia é utilizar capacidade de integração tecnológica e de informação para o bem das pessoas.



Reconhecer o piso como direito constitucional

Soraya Misleh

EM ATIVIDADE PROMOVIDA pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e SEESP, o ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), jurista Francisco Rezek, afirmou que tentativa de acabar com o piso não deve prosperar. Referência feita a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental apresentada em 2009 pela governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB-MA) – processo utilizado para se alegar que a Lei 4.950-A/66, relativa ao piso – correspondente a nove salários mínimos para jornada diária de oito horas –, não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

E a Justiça do Trabalho, ao aplicar tal norma, estaria descumprindo o que estabelece a Carta Magna. Ministrada no auditório do SEESP, na Capital paulista, em 24 de abril, a palestra reuniu cerca de 200 pessoas, incluindo dirigentes de Senges de diversos estados e assessores jurídicos de tais entidades, além de representantes da área de recursos humanos de empresas nas quais os engenheiros atuam.

Num tom que deixou otimistas os presentes, Rezek frisou que o desfecho relativo ao questionamento por parte do Governo do Maranhão na Justiça sobre o piso não poderá ser outro senão o que “a boa-fé recomenda”. Ele explicou, durante sua preleção, que a alegação de incompatibilidade não deve encontrar eco no STF, que “vem honrando determinadas leis, entre as quais a 4.950”.

Ademais, como havia explicitado em parecer técnico e reiterou, em seu artigo 7º, inciso IV, a Constituição prevê o direito a piso

profissional ao trabalhador arcar com necessidades básicas, como habitação, lazer, alimentação, vestuário, saúde. No mesmo artigo, diz que o vencimento mínimo vigente no País não deve servir de indexador a obrigações de natureza “não salarial”. Logo em seguida, no inciso V, determina, como relatou Rezek, que “deverá haver piso para trabalhadores qualificados em função da sua especialidade, da sua formação”. Portanto, não há nenhuma incongruência entre a Lei 4.950-A e a Carta Magna. Ele destacou: “É impossível ler a Constituição, estar de boa-fé, e não entender o que significa. Não obstante, parece que alguns juristas palacianos – e essa é uma categoria muito particular, existente nos mais diversos países, muita ativa no nosso – convenceram alguns governantes de que o inciso IV do artigo 7º, ao dizer que o salário mínimo geral não deve servir de indexador, tampouco o deve para finalidade do inciso seguinte, o qual aliás não mencionam, procedem como se não existisse. É com base nesse tipo de raciocínio e formulando uma equação de exemplar simplicidade que a governadora em questão, descontente possivelmente com a ideia de pagar o piso, deseja que o Supremo derrube a norma editada em 1966.” O ex-ministro ressaltou: “A Constituição tem que ser lida por inteiro, não em parte.”

Assim, em referência à ação, ele foi enfático: “Não creio em absoluto que essa espécie de iniciativa possa ter algum sucesso.” A qual, na sua análise, tem menos a ver com questões jurídicas e mais com a natureza e propostas de governantes, nesse caso demonstrando “olímpico cinismo”. “Independentemente do mau aconselhamento técnico, o que leva alguns em posição de liderança a não quererem pagar algo que não tem nada de suntuoso, seria de grande valia se os melhores padrões de governabilidade local fossem observados como modelo e o eleito fosse mais seletivo”, alertou.

Debate com engenheiros

Rezek ouviu as preocupações de representantes de diversos estados quanto ao piso e sanou dúvidas pontuais. Entre elas, a do presidente do Senge-AP, Lincoln Silva

Américo, que questionou sobre qual o caminho para fazer cumprir a Lei 4.950-A pela administração pública local. À frente do sindicato no Piauí, Antonio Florentino de Souza Filho, denunciou que no estado somam-se mais de 100 ações por descumprimento do piso. A justificativa recorrente é a proibição de indexação ao salário mínimo vigente no País, com base na Súmula vinculante nº 4. “É impressionante a imprecisão na edição de súmulas, como esse caso ilustra muito bem”, criticou o ex-ministro, para quem a alternativa nas situações apresentadas é tentar recurso junto ao Tribunal de Justiça. Jonas da Costa Matos, assessor jurídico do SEESP, complementou: “No texto da Súmula 4, consta que ela aplica-se ressalvados os casos previstos na

Ameaça ao salário mínimo profissional não deve prosperar, afirmou Francisco Rezek.

Constituição Federal.” Como pagamento de piso encontra respaldo na Carta Magna, segundo ele, o argumento está invalidado.

Outro dos problemas levantados pela plateia foi quanto à abertura de concurso público exigindo-se a formação de engenheiro, mas para contratação sob a nomenclatura de analista. Com isso, escapar-se-ia do pagamento do piso. “Isso seria visto em qualquer tribunal como uma fraude flagrante”, asseverou Rezek. E ironizou: “É o mesmo que contratar um horticultor ou jardineiro, mas exigir formação de advogado, com registro na OAB (*Ordem dos Advogados do Brasil*).”

Acalmando os anseios apontados, o ex-ministro concluiu que o sucesso no Maranhão será importante precedente: “É um caso de solução relativamente fácil e não deixará nenhuma pendência ou dúvida sobre a validade do piso. O sono coletivo será tranquilo.”

Para assistir a palestra de Rezek na íntegra, acesse o site do SEESP (www.seesp.org.br)



Rezek: “Constituição tem que ser lida por inteiro, não em parte.” No detalhe, auditório lotado.

Cursos

CAMPINAS

Extecamp (Escola de Extensão da Universidade Estadual de Campinas) Faculdade de Engenharia Agrícola
 Site: www.extecamp.unicamp.br
 E-mail: extensao@agr.unicamp.br
 Telefone: (19) 3521-1084

- **Sistemas digitais.** Para quem quer aprender técnicas de análise e síntese de circuitos de baixa e média complexidade para projetar e implementar sistemas digitais. O programa inclui introdução à eletrônica digital, dispositivos lógicos programáveis, além de aplicações práticas. O curso será realizado de 2 a 23 de junho, aos sábados, das 8h às 17h. O preço é de R\$ 560,00.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

AAB (Associação Aeroespacial Brasileira)
 Site: www.aeroespacial.org.br
 E-mail: aab.sab@aeroespacial.org.br
 Telefone: (12) 3018-4191

- **Simpósio aeroespacial brasileiro.** Além de palestras de especialistas nas áreas de aeronáutica e espaço, a atividade apresentará trabalhos técnicos e científicos sobre temas como aerodinâmica, estruturas, materiais, combustão e propulsão, satélites, foguetes e missões espaciais. O evento acontece entre os dias 29 e 31 de maio, das 13h às 22h. O custo é de R\$ 150,00 para sócios da AAB e de R\$ 300,00 para os demais.

SÃO PAULO

Abes-SP (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental)
 Site: www.abes-sp.org.br
 E-mail: comunicacao@abes-sp.org.br
 Telefone: (11) 3814-1872

- **Legislação ambiental para empreendedores.** O objetivo é proporcionar ao participante uma visão geral da legislação ambiental brasileira em relação aos deveres e direitos dos empreendedores. A atividade será realizada entre os dias 11 e 25 de maio, às sextas-feiras, das 8h30 às 17h30. O preço é de R\$ 580,00 para sócios da Abes e de R\$ 700,00 para os demais.



FDTE (Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia)
 Site: www.fdte.org.br
 E-mail: educacao@fdte.org.br
 Telefone: (11) 3031-7000, ramal 229

- **Gestão portuária.** A meta é apresentar e discutir as principais características, atividades e demandas inerentes ao sistema portuário e à interface com outros modais de transporte, com ênfase na gestão dos recursos para minimizar custos e maximizar a produtividade e os níveis de serviço das redes logísticas. Com carga de 120 horas, a especialização será ministrada às terças e quintas-feiras, das 19h30 às 22h30. O custo é de cinco parcelas de R\$ 1.100,00.

VDI-Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha)
 Site: www.vdibrasil.com.br
 E-mail: eventos@vdibrasil.com.br
 Telefone: (11) 5180-2316

- **Contratos de transferência de tecnologia.** O evento abordará os diversos tipos de contratos de transferência de tecnologia, as principais regras aplicáveis no Brasil e formas de lidar com as obrigações impostas pelo Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), a fim de conduzir de forma eficiente a negociação e formalização desses acordos. O seminário acontece no dia 30 de maio, das 9h às 12h. O custo é de R\$ 200,00 para associados à VDI-Brasil e de R\$ 400,00 para os demais.

Desastres ambientais é tema de congresso

DISCUTIR e apresentar trabalhos e estudos realizados por pesquisadores do Brasil e do exterior sobre os eventos que trazem trágicas consequências à população é a principal meta do Congresso Brasileiro sobre Desastres Ambientais, que será realizado entre os dias 14 e 17 de maio, em Rio Claro.

Promovido pelo IGCE (Instituto de Geociências e Ciências Exatas) da Unesp (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), em parceria com o Instituto Geológico, o Serviço Geológico do Brasil e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado de São Paulo, o evento será composto por palestras, mesas-redondas e minicursos que abordarão cinco eixos temáticos: enchentes e inundações; erosão e escorregamentos; secas, temperaturas extremas e vendavais; análise e mapeamento de riscos; e gestão de desastres naturais.

A atividade debaterá também o papel do serviço geológico brasileiro na prevenção de desastres naturais, o radar meteorológico como ferramenta para monitoramento e alerta de tempo severo, além de eventos extremos e impactos em regiões metropolitanas.

O congresso será realizado no IGCE, localizado na Av. 24-A, nº 1.515, no campus da Unesp, em Rio Claro. Mais informações sobre a programação e o custo das inscrições no [site www.wix.com/posgeo/evento-sobre-desastres-naturais](http://www.wix.com/posgeo/evento-sobre-desastres-naturais), pelo e-mail desastre@rc.unesp.br ou telefone (19) 3526-9226.

Na pauta, enchentes, escorregamentos, secas, temperaturas extremas e vendavais.





Incrementando a comunicação

A *TV Aberta*, na Capital, passa a exibir todas as segundas-feiras, às 23h30, programa de televisão do SEESP, intitulado *Jornal do Engenheiro*. Acompanhe no site



www.seesp.org.br a grade e os horários em mais 48 cidades paulistas, bem como em oito municípios em outros estados brasileiros.

Além disso, começa a ser veiculado às quintas-feiras o informativo semanal *SEESP Notícias*, em

princípio encaminhado aos 50 mil associados à entidade. Entre as matérias de interesse da categoria e dos trabalhadores em geral, as ações da organização na Capital e no Interior, sobretudo no que concerne à luta pelo desenvolvimento nacional sustentável e por melhores condições de vida à população. Por intermédio desse boletim, o filiado poderá ainda acessar o SEESP nas redes sociais Facebook, Twitter e Youtube e interagir com a entidade. Interessados em receber a *newsletter* podem se cadastrar no site do SEESP. Mais dois canais importantes de comunicação com os engenheiros.

Cursos de idiomas no SEESP

Mediante convênio com a D'kurs Idiomas, o SEESP oferecerá em sua sede, na Capital, cursos de inglês, espanhol, alemão e francês, do básico ao avançado. Serão ministradas aulas uma ou duas vezes por semana, de manhã ou à noite, para seis a dez alunos,

a partir da formação de turmas. O preço por estágio com carga horária de 48h é R\$ 1.050,00, podendo ser pago em seis vezes sem juros. Mais informações no site www.seesp.org.br/idiomas, pelo telefone (11) 3113-2641 ou e-mail sindical@seesp.org.br.

VI EcoSP já tem data marcada

Importante fórum à discussão sobre o tema premente do desenvolvimento sustentável, o VI EcoSP (Encontro Ambiental de São Paulo), promovido pelo SEESP e FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), ocorrerá neste ano em 12 e 13 de novembro próximo, no Complexo Parque Anhembi, na Capital paulista. As plenárias técnicas terão lugar no Auditório Elis Regina e a feira ambiental, no Salão de Exposições (Hall Nobre 2 e 3). Serão abordados temas constantes do projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento" – lançado pela FNE em 2006 e atualizado em 2009, cuja plataforma pensada para o País propugna por crescimento econômico com preservação do meio e

inclusão social. Nessa linha, duas questões importantes constarão da programação nesta edição: compostagem (resíduos de alimentação), numa parceria com o Sindicato dos Nutricionistas de São Paulo, e química verde, assunto a ser tratado pelo Centro de Gestão de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O objetivo é, segundo o coordenador da iniciativa e vice-presidente do SEESP, Carlos Alberto Guimarães Garcez, trazer para o debate novas tecnologias e paradigmas. Mais informações e inscrições pelos telefones (12) 3633-5411, 3633-7371 e (11) 3113-2616, e-mail ecovaletaubate@vivax.com.br e no site www.ecosp.org.br.

MDT discute mobilidade urbana

Em reunião realizada no SEESP, na Capital paulista, no dia 23 de abril, o MDT (Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos) apontou os avanços conquistados por essa articulação e o planejamento de próximas iniciativas. Entre os resultados obtidos, a aprovação em 3 de janeiro último da Lei nº 12.587/12, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, a qual está em vigor desde março. Tal norma foi possível mediante forte envolvimento das entidades que compõem o MDT, o qual agora estará atento quanto a sua implementação. Coordenado por Nazareno Stanislaw Affonso, o movimento conta em seu



Em pauta, avaliação e planejamento de ações do movimento.

Secretariado Executivo com o SEESP, representado por Laerte Conceição Mathias de Oliveira e Emiliano Stanislaw Affonso.

Ainda na reunião, foi abordada a necessidade de aprimorar a comunicação do MDT e ampliar a distribuição de suas cartilhas que visam orientar o público

sobre questões relativas à mobilidade e à acessibilidade. Também foi indicada a demanda por curso de capacitação na área, a ser destinado a agentes públicos e entidades dos diversos municípios brasileiros, o que está em estudo. Mais informações sobre o MDT em mdt-mdt.blogspot.com.

CNTU e Rio+20



Com o intuito de elaborar sua política no contexto da Rio+20, conferência das Nações Unidas a se realizar em junho próximo, e da Cúpula dos Povos, que reunirá no período os movimentos sociais em torno do tema, a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalha-

dores Liberais Universitários Regulamentados) realizará seminário em 18 de maio próximo. A iniciativa ocorrerá no auditório do SEESP, na Rua Genebra, 25, 1º andar, na Capital paulista, a partir das 9h. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2641.

Engenheiros eleitos para AAPS

Com o apoio do SEESP, seu diretor Nelson Luiz Stabile e o também engenheiro Cid Barbosa Lima Junior foram eleitos em 14 de março último para o Conselho Deliberativo da AAPS (Associação dos Aposentados e Pensionistas da Sabesp). A posse será em 11 de maio, para mandato de três anos. Segundo Barbosa, o principal objetivo é atuar na defesa dos assistidos pela

entidade e dos funcionários da Sabesp na ativa, sobretudo em prol da manutenção do plano previdenciário da companhia. Esse tem sido ameaçado de extinção pela empresa. Diante disso, a AAPS, em conjunto com o Sintagma (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo), impetrou ação na Justiça para assegurar tal direito aos seus representados.

Vagas, orientação, treinamento

Por intermédio de sua área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional, o SEESP oferece diversos serviços aos engenheiros. Entre eles, orientação profissional (vocacional) e para elaboração de currículo, *coaching* de carreira e emissão de carteira de trabalho (primeira e segunda vias), via convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, conta com o Programa Engenheiro Completo, através do qual coloca à disposição da categoria treinamentos diversos, mediante parcerias. E permite a divulgação de *portfólio* e projetos/serviços por intermédio do Engenheiro Online (www.engenheiroonline.com.br). Outro serviço é o cadastramento de currículos e vagas. Consulte e se candidate em www.seesp.org.br, link Ao Profissional – Currículos e Vagas. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2669/74.

